



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

TERMO DE AUDIÊNCIA DE TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO

Processo nº: **1009524-33.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Contratos**
 Requerente: **Predial Center Corretora de Valores Imobiliários Ltda- Representado(a) pelo proprietário Sr. Antonio Geraldo Bachiega, RG. 4.145.400-5 acompanhado pelo Advogado Dr. Paulo Eduardo Munno de Agostino OAB/SP 108.724.**
 Requerido: **Vera Lúgia Fernandes de Almeida, Jose Carlos Fernandes de Almeida, Jose Carlos Fernandes de Almeida Júnior -Desacompanhado dos de advogado.**

Aos 22 de março de 2016, às 17:00h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do **MM Juiz**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de tentativa de conciliação, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes, bem como de seu(s) advogado(s) e representantes, acima identificados. Proposta a conciliação esta foi aceita pelas partes nos seguintes termos: **1-Os requeridos pagarão ao requerente, por conta de todo o débito, o valor de R\$-1.200,00, em seis parcelas iguais, fixas e consecutivas, no valor de R\$-200,00 cada uma, vencendo-se a primeira neste ato e as demais no dia 10 de cada mês subsequentes; 2-Efetuada o 4º pagamento, o autor anistia os outros dois pagamentos restantes; 3-Os pagamentos serão efetuados diretamente na conta corrente do autor, Banco Santander S/A - Agência 0024, C/C 13004336-0 – CNPJ. 55.108.005/0001-24, e o(s) comprovante(s) de depósito servir(ão) como recibo; 4-O não pagamento de uma das parcelas, implicará no vencimento antecipado das demais além de multa de 10% sobre o saldo remanescente da dívida. Pelo MM. Juiz Dr. Silvio Moura Sales foi dito: "Vistos. Homologo, para que tenha eficácia de título judicial, o acordo a que chegaram as partes. Há resolução do mérito nos termos do art. 487, III "b" do C.P.C. Decorridos 5 (cinco) dias do prazo previsto para o pagamento da quarta parcela, sem qualquer manifestação em sentido contrário ao pactuado, façam-se as anotações de estilo, providenciando-se a baixa definitiva e arquivamento dos autos digitais, presumindo-se cumprida a obrigação (Seção V, item 14.2.1 do Prov. 806/03). Publicada nesta audiência, REGISTRE-SE". E.T. As partes pedem a desistência do prazo recursal, o que é homologado pelo MM Juiz. Saem os presentes intimados e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pelas partes, não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos. NADA MAIS.** Eu, Edilson de Oliveira Santos, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

MM Juiz:

Requerente(s):

Adv. Requerente(s):

Requerido JOSÉ CARLOS :

Requerido JOSÉ CARLOS JR :

Requerido VERAS :